

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecofonte em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas n° 4, e n° 9.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.926	53.364	Empréstimos e financiamentos	11	2.482	1.882
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	630	-	Fornecedores		5.789	5.022
Clientes	7	5.440	7.237	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.909	1.462
Despesas antecipadas		807	901	Partes relacionadas	12	6.646	384
Partes relacionadas	12	426	-	Obrigações sociais e trabalhistas		2.840	3.241
Tributos a recuperar		-	183	Provisão para Imposto de renda e contribuição social	10.c)	440	149
Outros créditos		616	479	Obrigações com Poder Concedente	13	276	269
Total do ativo circulante		<u>45.845</u>	<u>62.164</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio	17.d)	8.116	5.530
				Provisão para construção de obras	14	50.405	50.887
				Outras contas a pagar		<u>248</u>	<u>10</u>
				Total do passivo circulante		<u>79.151</u>	<u>68.836</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos diferidos	10.a)	3.815	2.557	Empréstimos e financiamentos	11	77.389	47.393
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	2.490	-	Provisão para construção de obras	14	7.699	4.752
Imobilizado	8	7.180	6.783	Provisão para manutenção	15	11.195	6.410
Intangível	9	<u>274.734</u>	<u>201.794</u>	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	16	80	16
Total do ativo não circulante		<u>288.219</u>	<u>211.134</u>	Outras contas a pagar		<u>3.019</u>	<u>2.292</u>
				Total do passivo não circulante		<u>99.382</u>	<u>60.863</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social subscrito	17.a)	120.000	120.000
				Reserva de capital - legal	17.c)	7.246	5.271
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		146	139
				Orçamento de Capital		28.139	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	17.d)	-	18.189
				Total do patrimônio líquido		<u>155.531</u>	<u>143.599</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>334.064</u>	<u>273.298</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>334.064</u>	<u>273.298</u>

Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>explicativa</u>		
RECEITA LÍQUIDA	18	182.732	213.848
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(107.698)	(142.352)
LUCRO BRUTO		<u>75.034</u>	<u>71.496</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	19	(11.494)	(11.576)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(6)</u>	<u>10</u>
		(11.500)	(11.566)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>63.534</u>	<u>59.930</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	4.732	2.992
Despesas financeiras	20	<u>(11.120)</u>	<u>(6.494)</u>
		(6.388)	(3.502)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>57.146</u>	<u>56.428</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	10.b)	(18.911)	(19.172)
Diferidos	10.b)	<u>1.258</u>	<u>1.155</u>
		(17.653)	(18.017)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>39.493</u>	<u>38.411</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (Em R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	21	<u>0,33</u>	<u>0,32</u>

Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Eco ponte

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.493	38.411
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>39.493</u>	<u>38.411</u>

Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Eco ponte

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	124.180	121.809
Com construção	57.431	95.546
Outras receitas	<u>12.938</u>	<u>9.413</u>
	<u>194.549</u>	<u>226.768</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(87.735)	(123.686)
Materiais, energia e serviços de terceiros	<u>(7.020)</u>	<u>(6.310)</u>
	<u>(94.755)</u>	<u>(129.996)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>99.794</u>	<u>96.772</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(8.933)	(9.122)
Outras	(11)	(1.979)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>90.850</u>	<u>85.671</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	4.732	2.992
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>95.582</u>	<u>88.663</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>95.582</u>	<u>90.642</u>
Pessoal	<u>14.771</u>	<u>16.535</u>
Remuneração direta	10.515	12.316
Benefícios	3.652	3.481
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	604	738
Impostos, taxas e contribuições	<u>29.465</u>	<u>28.948</u>
Federais	22.658	22.806
Municipais	6.807	6.142
Remuneração de capitais de terceiros	<u>11.853</u>	<u>6.748</u>
Juros	5.814	195
Aluguéis	733	253
Outros efeitos financeiros	5.306	6.300
Remuneração de capitais próprios	<u>39.493</u>	<u>38.411</u>
Dividendos intermediários pagos	28.139	9.539
Juros sobre o capital próprio	8.421	8.787
Reserva legal	1.975	1.922
Reserva para dividendos	958	18.163

Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Reserva de capital</u>		<u>Total</u>	
		<u>Capital social</u>	<u>Legal</u>	<u>Dividendos Adicionais Propostos/Orçamento de Capital</u>	<u>Plano de opção com base em ações</u>		<u>Lucros acumulados</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>120.000</u>	<u>3.351</u>	<u>241</u>	<u>103</u>	<u>-</u>	<u>123.695</u>
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação)		-	-	(217)	-	-	(217)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	36	-	36
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.411	38.411
Destinação do lucro:							-
Reserva legal	18.c)	-	1.920	-	-	(1.920)	-
Dividendos intermediários (R\$0,29 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(9.539)	(9.539)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(8.787)	(8.787)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,002 por ação)	18.d)	-	-	18.165	-	(18.165)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>120.000</u>	<u>5.271</u>	<u>18.189</u>	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>143.599</u>
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação)		-	-	(18.189)	-	-	(18.189)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	7	-	7
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	39.493	39.493
Destinação do lucro:							-
Reserva legal	18.c)	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Orçamento de capital	18.d)	-	-	28.139	-	(28.139)	-
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,002 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(958)	(958)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>120.000</u>	<u>7.246</u>	<u>28.139</u>	<u>146</u>	<u>-</u>	<u>155.531</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	39.493	38.411
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	8.933	7.143
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	6.252	217
Juros Capitalizados	(908)	-
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	(133)	-
Constituição de provisão para manutenção	10.312	8.712
Atualização monetária da provisão de construção de obras	3.717	5.046
Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	84	(22)
Atualização monetária da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19	12
Perda/baixa do ativo imobilizado	5	225
Tributos diferidos	(1.258)	(1.155)
Plano de opção com base em ações	7	36
Obrigações com Poder Concedente	3.276	3.171
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	557	10
Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.911	19.172
Varição nos ativos operacionais:		
Clientes	1.240	(228)
Tributos a recuperar	183	(106)
Despesas antecipadas	94	52
Outros créditos	(137)	(103)
Varição nos passivos operacionais:		
Fornecedores	767	(1.733)
Obrigações sociais e trabalhistas	(401)	474
Impostos, taxas e contribuições a recolher	447	84
Partes relacionadas - fornecedores	5.836	(2.165)
Outras contas a pagar	965	326
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	(39)	-
Pagamento de construção de obras e manutenção	(6.779)	(16.575)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(3.269)	(3.160)
Imposto de renda e contribuição social	(18.620)	(20.464)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>69.554</u>	<u>37.380</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(1.661)	(2.482)
Aquisição de intangível	(79.706)	(80.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(81.367)</u>	<u>(82.686)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	31.450	49.058
Títulos e valores mobiliários	(2.987)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.778)	-
Juros Pagos	(3.328)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(24.982)	(13.474)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(3.625)</u>	<u>35.584</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(15.438)</u>	<u>(9.722)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.364	63.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37.926	53.364
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(15.438)</u>	<u>(9.722)</u>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Eco ponte (“Eco ponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

Em 18 de maio de 2015, a Eco ponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Eco ponte agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 29.452 mil em 2018, redução de 1,9%, comparado ao exercício de 2017, influenciado negativamente pela situação econômica do Estado e pela greve dos caminhoneiros ocorrida de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando o período da greve a redução foi de 1,2%.

Em junho de 2018, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Eco ponte em 4,9%.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$194,5 milhões em 2018, redução de 14,2%, sendo influenciada, principalmente, pela redução da receita de construção e pela queda de tráfego. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$11,8 milhões, redução de 8,5% quando comparado a 2017.

Receita de Pedágio – crescimento de 1,9% quando comparado com 2017, decorrente do reajuste contratual na tarifa de pedágio.

Receita Acessória – atingiu R\$12,9 milhões em 2018, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – redução de 39,9%, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$182,7 milhões em 2018, excluindo a receita de construção, a receita líquida Pró-forma foi de R\$125,3 milhões, crescimento de 5,9% em relação a 2017.

Para mais informações sobre a Receita, vide Nota Explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais tiveram redução de 22,6% e totalizaram R\$119,2 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos atingiram R\$42,5 milhões, mantendo-se estável com 2017, mesmo com a inflação de 3,7% no período. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$14,8 milhões em 2018, redução de 10,7% quando comparado com 2017, mesmo com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018, devido a otimização da estrutura e menor gasto com remuneração variável.

Conservação e Manutenção: R\$4,8 milhões em 2018, manteve-se estável comparado a 2017.

Serviços de terceiros: R\$11,6 milhões em 2018, 1,8% superior a 2017, abaixo da inflação de período, referente ao incremento nas despesas com ambulâncias;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$6,2 milhões em 2018, aumento de 8,6%, em função do incremento nas despesas com locação;

Outros: R\$5,2 milhões em 2018, aumento de R\$1,1 milhão, aumento nos gastos com combustível, impostos e outras taxas;

Depreciação e Amortização: R\$8,9 milhões em 2018, 25,1% superior a 2017, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para Manutenção: atingiu R\$10,3 milhões em 2018, aumento de 18,4% quando comparado com 2017 referente a provisão dos custos futuros com manutenção e reparação de pavimento, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$57,4 milhões em 2018, redução de 39,9% comparado com 2017, devido ao menor nível de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº19 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2018, foi de R\$72,5 milhões (margem EBITDA de 39,7%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$82,8 milhões com crescimento de 9,2% e margem EBITDA de 66,1%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$6,4 milhões, aumento de 82,4%, principalmente, devido ao aumento de empréstimos e financiamentos com BNDES em função de investimentos já realizadas.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2018 atingiu R\$39,5 milhões, comparado a R\$38,4 milhões em 2017, um crescimento de 2,8% devido a melhora no resultado operacional.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecofonte encerrou dezembro de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$41,0 milhões. A dívida bruta composta por empréstimos e financiamentos atingiu R\$79,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo 96,9% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente em 31 de dezembro de 2018 era de R\$276 mil, comparado com R\$ 269 mil em 2017.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº11 e nº13 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecofonte totalizaram R\$89,1 milhões em 2018, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, em especial o início das obras de acesso à Linha Vermelha e Avenida Portuária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$119,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 13.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 20).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade

geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.
--	---	--

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$55 em 1º de janeiro de 2019.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,54% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	3.023	5.528
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	34.619	40.726
Aplicações Compromissadas (b)	-	6.461
Aplicações automáticas (c)	284	649
Total	<u>37.926</u>	<u>53.364</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (Em 31 de dezembro de 2017 era 98,9%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Em 31 de dezembro de 2018 não havia recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas (em 31 de dezembro de 2017 era 80,0% do CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geravam custos de IOF e eram realizadas quando havia necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui valores aplicados nesta modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2018</u>
Fundo de Investimentos	<u>3.120</u>
	<u>3.120</u>
Circulante	630
Não circulante	2.490

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 96,1% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	4.874	4.975
Receitas acessórias (b)	1.193	2.332
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	<u>(627)</u>	<u>(70)</u>
	<u>5.440</u>	<u>7.237</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	5.309	5.439
Vencidos:		
Até 30 dias	131	212
De 31 a 60 dias	-	123
De 61 a 90 dias	-	1.463
Acima de 120 dias	<u>627</u>	<u>70</u>
	<u>6.067</u>	<u>7.307</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	70	60
Constituição de PECLD	557	32
Valores recuperados	-	(22)
Saldo no fim do exercício	<u>627</u>	<u>70</u>

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

			Custo				Depreciação				Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixa	Transf.	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
	<i>Hardwares</i>	20,0	16,5	3.778	1.216	-	-	4.994	(671)	(723)	-	(153)	(1.547)	3.447
Maquinas e equipamentos	10,0	9,8	3.293	223	(7)	-	3.509	(556)	(333)	2	106	(781)	2.728	2.737
Móveis e utensílios	10,0	10,1	643	-	-	-	643	(167)	(65)	-	47	(185)	458	476
Veículos	20,0	15,2	-	219	-	602	821	-	(108)	-	(166)	(274)	547	-
Outros	-	-	599	3	-	(602)	-	(136)	(30)	-	166	-	-	463
			8.313	1.661	(7)	-	9.967	(1.530)	(1.259)	2	-	(2.787)	7.180	6.783

			Custo			Depreciação			Residual			
	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
	<i>Hardwares</i>	20,0	11,8	2.407	1.371	-	3.778	(307)	(364)	-	(671)	3.107
Maquinas e equipamentos	10,0	12,9	2.345	950	(2)	3.293	(193)	(363)	-	(556)	2.737	2.152
Móveis e utensílios	10,0	17,8	602	41	-	643	(56)	(111)	-	(167)	476	546
Outros	-	-	685	120	(206)	599	(55)	(118)	37	(136)	463	630
			6.039	2.482	(208)	8.313	(611)	(956)	37	(1.530)	6.783	5.428

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

9. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Contrato de concessão (i)	-	(ii)	204.552	28.109	3.275	235.936	(10.281)	(7.323)	(17.604)	218.332	194.271
Intangível em andamento (iii)	-	-	6.419	52.194	(3.275)	55.338	-	-	-	55.338	6.419
Softwares de terceiros	20,0	19,2	1.675	311	-	1.986	(571)	(351)	(922)	1.064	1.104
			212.646	80.614	-	293.260	(10.852)	(7.674)	(18.526)	274.734	201.794

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contrato de concessão (i)	-	(ii)	111.261	12.246	-	81.045	204.552	(4.406)	(5.875)	(10.281)	194.271	106.855
Intangível em andamento (iii)	-	-	19.849	67.615	-	(81.045)	6.419	-	-	-	6.419	19.849
Softwares de terceiros	20,0	20,8	1.386	343	(54)	-	1.675	(259)	(312)	(571)	1.104	1.127
			132.496	80.204	(54)	-	212.646	(4.665)	(6.187)	(10.852)	201.794	127.831

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se à recuperação de pavimento e desapropriações.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 3,3% a.a. (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se à substituição das juntas de dilatação e obras da construção da Alça da Linha Vermelha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$908 referentes a encargos financeiros (R\$0 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 33,09%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	3	239	(53)	189	186
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	5	241	(219)	27	22
Provisão para manutenção	2.313	1.578	(84)	3.807	1.494
Juros Capitalizados	-	(308)	-	(308)	(308)
Outros	236	227	(363)	100	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo (i)	2.557	1.977	(719)	3.815	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					1.258

(i) Em atendimento ao CPC item 73, registramos R\$3.815 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	356
2019	850	463
2020	750	463
2021	739	463
2022	739	463
Posteriores a 2022	737	349
	<u>3.815</u>	<u>2.557</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.146	56.428
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<u>(19.430)</u>	<u>(19.186)</u>
Juros sobre capital próprio	2.863	2.988
Incentivos fiscais PAT	219	-
Gratificações diretores	(97)	(142)
Despesas indedutíveis	(43)	(5)
Outros	<u>(1.165)</u>	<u>(1.672)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(17.653)</u>	<u>(18.017)</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social corrente	(18.911)	(19.172)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido	1.258	1.155
Taxa efetiva	30,9%	31,9%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	149	1.441
Despesa IR/CS DRE	18.911	19.172
Total de IR/CS pagos	<u>(18.620)</u>	<u>(20.464)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>440</u>	<u>149</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Finem BNDES	08/2032	TJLP+3,48% a.a.	51.410	49.275
Finem BNDES	12/2032	TJLP+3,48% a.a.	28.461	-
			<u>79.871</u>	<u>49.275</u>
Circulante			2.482	1.882
Não circulante			77.389	47.393

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	1.888
2020	3.266	2.049
2021	3.580	2.251
2022	3.964	2.483
2023	4.362	2.715
Posteriores a 2023	62.217	36.007
	<u>77.389</u>	<u>47.393</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	49.275	-
Adições	31.450	49.058
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	6.252	217
Pagamento principal	(3.778)	-
Juros pagos	(3.328)	-
Saldo no fim do exercício	<u>79.871</u>	<u>49.275</u>

Garantia Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecofonte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.

Índices financeiros exigidos Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado abaixo.

	Exigido	Medido
Índices financeiros Ecofonte		
PL/passivo total	≥ 20,0%	50,0%
Cobertura da dívida*	≥ 1,30	n.m.
Dívida líquida/EBTIDA ajustado (ECS)	≤ 4,00	2,4

(*) ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro/19).

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	53.729	1.793	177 mensais
b	177.920	29.126	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	620	7	177 mensais
e	2.075	-	-	157 mensais
Total	417.000	83.475	1.800	

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Custo	Despesas	
Ecorodovias S.A. (a)	Concessões e Serviços Controladora	-	-	357	3.480	1.223	
Ecorodovias S.A. (b)	Concessões e Serviços Controladora	426	-	228	-	-	
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Outras partes relacionadas	-	-	5	-	-	
Consórcio Alças da Ponte (d)	Outras partes relacionadas	-	24.983	6.056	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2018		426	24.983	6.646	3.480	1.223	
Total em 31 de dezembro de 2017		-	48.350	384	3.630	1.275	

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$4.797, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto de R\$357 (de serviços já realizados) em 31 de dezembro de 2018, tem vencimento em

até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

- (b) A Companhia e sua Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua Controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 dezembro de 2018 este valor atualizado é de R\$ 10 por mês.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605 e o prazo de execução desses serviços é em 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto a pagar de R\$6.056 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração de administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica " Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em R\$1.994 (R\$1.718 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2019, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.808, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.157	1.059
Plano de opção baseada em ações	8	35
Previdência privada	61	59
Remuneração baseada ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(36)	325
Assistência médica	60	54
Seguro de vida	2	2
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	172	274
	<u>1.424</u>	<u>1.808</u>

13. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Verba de fiscalização - ANTT Circulante	276	269
	<u>276</u>	<u>269</u>

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago o título de fiscalização o valor de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado é de R\$276 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	269	258
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	3.276	3.171
Pagamento	(3.269)	(3.160)
Saldo no fim do exercício	<u>276</u>	<u>269</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2018, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

<u>Natureza dos custos:</u>	<u>Previsão de 2018 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Melhorias na infraestrutura	578.503	611.686
Conservação especial (manutenção)	427.050	417.870
Equipamentos	86.959	86.332
	<u>1.092.512</u>	<u>1.115.888</u>

14. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a..

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	(36.595)	(482)	-	(37.077)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	6.654	-	2.947	9.601
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	11.316
	<u>55.639</u>	<u>(482)</u>	<u>2.947</u>	<u>58.104</u>
Circulante	50.887			50.405
Não circulante	4.752			7.699

	31/12/2016	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	(25.140)	(11.455)	-	(36.595)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	1.995	-	4.659	6.654
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
	<u>62.435</u>	<u>(11.455)</u>	<u>4.659</u>	<u>55.639</u>
Circulante	31.443			50.887
Não circulante	30.992			4.752

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 10,54% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adições	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	13.280	11.496	-	-	24.776
Efeito de valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(2.137)	(1.184)	-	-	(3.321)
Realização de manutenção	(5.120)	-	(6.297)	-	(11.417)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	387	-	-	770	1.157
	<u>6.410</u>	<u>10.312</u>	<u>(6.297)</u>	<u>770</u>	<u>11.195</u>
Não circulante	6.410				11.195

	31/12/2016	Adições	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	3.177	10.103	-	-	13.280
Efeito de valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(746)	(1.391)	-	-	(2.137)
Realização de manutenção	-	-	(5.120)	-	(5.120)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	-	387	387
	<u>2.431</u>	<u>8.712</u>	<u>(5.120)</u>	<u>387</u>	<u>6.410</u>
Não circulante	2.431				6.410

16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16	-	16
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	31	53	84
(-) Pagamentos	(39)	-	(39)
(+) Atualização monetária	7	12	19
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>15</u>	<u>65</u>	<u>80</u>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	26	-	26
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(22)	-	(22)
(-) Pagamentos	-	-	-
(+) Atualização monetária	12	-	12
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16	-	16

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$4.204 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.759 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.196 (R\$1.695 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$5, os quais foram avaliados como perdas "possíveis" pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$120.000, representado por 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é de R\$7.246 (R\$5.271 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 24.982, refere-se a R\$18.189 de dividendos e R\$ 5.530 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2017, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 26 de março de 2018 e 21 de dezembro de 2018, R\$ 1.263 (dos R\$8.421 contabilizados) a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2018. O saldo de R\$7.158 de juros sobre capital próprio e R\$ 958 de dividendos estão registrados no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

O cálculo dos dividendos é como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido	39.493	38.411
Reserva legal – 5%	(1.975)	(1.920)
	<u>37.518</u>	<u>36.491</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	-	(9.539)
Juros sobre capital próprio	(8.421)	(8.787)
Dividendos obrigatórios	(958)	-
Orçamento de Capital	(28.139)	-
Dividendos adicionais propostos (*)	-	(18.165)

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

18. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	67.937	66.427
Pedágio eletrônico (a)	55.398	54.730
Vale pedágio	845	650
Outros	-	2
	<u>124.180</u>	<u>121.809</u>
Receitas acessórias (b)	12.938	9.413
Receita de construção (c)	57.431	95.546
Receita bruta	194.549	226.768
Deduções sobre a receita bruta	(11.817)	(12.920)
Receita líquida	<u>182.732</u>	<u>213.848</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Base de cálculo de impostos:		
Receitas com arrecadação de pedágio	124.180	121.809
Receitas acessórias	12.938	9.413
	<u>137.118</u>	<u>131.222</u>
Deduções:		
COFINS (3%)	(4.114)	(3.937)
PIS (0,65%)	(891)	(853)
ISS (2% a 5%)	(6.808)	(6.142)
Abatimentos	(4)	(1.988)
	<u>(11.817)</u>	<u>(12.920)</u>

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	14.771	16.535
Conservação e manutenção	4.772	4.816
Serviços de terceiros (*)	11.598	11.389
Seguros	2.157	2.255
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº13)	3.276	3.171
Provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº15)	10.312	8.712
Custo de construção de obras	57.431	95.546
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nº8 e nº9)	8.933	7.143
Locação de imóveis e máquinas	733	253
Outros custos e despesas operacionais	5.209	4.108
	<u>119.192</u>	<u>153.928</u>
Classificados como		
Custo dos serviços prestados	107.698	142.352
Despesas gerais e administrativas	11.494	11.576
	<u>119.192</u>	<u>153.928</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.777	2.990
Juros Capitalizados	908	-
Outras	47	2
	<u>4.732</u>	<u>2.992</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.814)	(195)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(438)	(22)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras	(3.717)	(5.046)
Outras	(1.151)	(1.231)
	<u>(11.120)</u>	<u>(6.494)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.388)</u>	<u>(3.502)</u>

21. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	39.493	38.411
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	120.000	120.000
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,33</u>	<u>0,32</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (i)	80.147	49.544
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(41.046)</u>	<u>(53.364)</u>
Dívida líquida	39.101	(3.820)
Patrimônio líquido (ii)	<u>155.531</u>	<u>143.599</u>
Índice de endividamento líquido	0,25	(0,03)

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos circulante e não circulante e obrigações com Poder Concedente circulante, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11 e 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2017 era 96,2% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Valor justo através do resultado	3.023	3.023
Clientes (a)	Custo amortizado	5.440	5.440
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários(b)	Valor justo através do resultado	38.023	38.023
Passivos:			
Fornecedores (a)	Custo amortizado	5.789	5.789
Empréstimos e financiamentos (c)	Custo amortizado	79.871	79.871
Obrigações com Poder Concedente (c)	Custo amortizado	276	276
<i>Phantom Stock Option</i> (d)	Custo amortizado	161	161

(a) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

- (b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e obrigações com o Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia as concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$4.345 (R\$4.468 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto

prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 3,48% a.a.	9.790	10.647	10.672	115.485

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	2.196	2.745	3.294
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	Alta da TJLP	(7.643)	(8.380)	(9.117)
		<u>(5.447)</u>	<u>(5.635)</u>	<u>(5.823)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
TJLP (b)	7,0%	8,7%	10,5%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Júlio Cezar Moreira de Amorim

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores